

“Is migration itself a security issue in the Euro-Mediterranean relations?”

Conferência Internacional “Segurança Euro-Mediterrânica”, Universidade Autónoma de Lisboa, 1 de junho de 2018

Constança Urbano de Sousa

Em primeiro lugar, gostaria de cumprimentar os meus colegas de painel e todos os presentes e felicitar a UAL pela realização desta importante conferência. Gostaria também de agradecer ao Prof. Luís Tomé o convite para partilhar convosco algumas reflexões em relação às migrações na zona euro-mediterrânica.

O título da minha intervenção é provocatório e pode ter respostas contraditórias. Procurarei dar uma resposta depois de partilhar convosco algumas reflexões sobre o nexo entre migrações e segurança, que se faz sentir, hoje, com especial intensidade no Mediterrâneo.

O nexo entre segurança em sentido amplo e migrações tem sido objeto de estudo no domínio dos Estudos de Segurança que tentam abordar a questão do fenómeno migratório sob duas formas: como as migrações afetam a segurança nacional ou como as preocupações de segurança afetam as políticas migratórias.

Qualquer uma destas abordagens é problemática pois contribui para enraizar a perceção das migrações como “uma ameaça à segurança” a par de outras como os conflitos internacionais ou o terrorismo transnacional e desvalorizam a centralidade das migrações para debelar os grandes

desafios que hoje se colocam no Mundo global, sendo um fator de desenvolvimento económico e social tanto dos países de origem como de destino.

Mas antes de entrar nesta reflexão, gostaria de analisar as migrações no Mediterrâneo em perspetiva.

Na era da globalização os fluxos migratórios intensificaram-se mundialmente e tornaram-se mais complexos e diversificados. De 2000 a 2017 o número de imigrantes internacionais aumentou de 173 milhões para 257 milhões. 60% dos migrantes internacionais residem na Ásia (80 milhões) e no continente europeu (70 milhões). Estas são, igualmente, as regiões de origem do maior número de migrantes internacionais, com 106 milhões e 61 milhões, respetivamente. Também o número de refugiados e requerentes de asilo aumentou de forma significativa. Em 2016, cerca de 26 milhões de pessoas eram refugiadas ou requerentes de asilo, afetando sobretudo países como a Turquia (3,1 milhões), a Palestina (2,2 milhões), o Líbano (1,6 milhões) ou o Paquistão (1,4 milhões).

Mas temos de ver estes números de forma relativa, para percebermos que as migrações internacionais continuam a ser a exceção no comportamento humano. Apenas 3,4% da população mundial é migrante internacional. Não obstante, na era digital e do mediatismo instantâneo, tornaram-se mais

visíveis. Por outro lado, a globalização tornou-as mais complexas, diversificadas e intensas.

E a realidade na União Europeia não é muito diferente. Na UE-28 vivem mais de 21 milhões de imigrantes, o que corresponde a 4,2% da sua população.

O Mediterrâneo sempre foi palco de fluxos migratórios significativos ao longo da história, causados por fatores de natureza económica, social, política, demográfica e outra. As migrações sempre tiveram um papel importante nas relações entre os Estados das duas bacias do mediterrâneo. Em países como a Bélgica, a França ou a Holanda vivem importantes comunidades de marroquinos, tunisinos ou argelinos, enquanto que na Alemanha a maior comunidade imigrante é de origem turca. Mas também temos de perceber que os países do Mediterrâneo se transformaram crescentemente em países de acolhimento e trânsito de importantes fluxos migratórios.

Nas décadas de 50 e 60 este fluxos migratórios até eram incentivados através de acordos que permitiram a Estados Europeus, como a França ou a Alemanha, recrutar em países como Marrocos, Argélia, Tunísia ou Turquia a mão-de-obra barata de que necessitavam para o desenvolvimento económico do pós-guerra, ao mesmo tempo que aliviavam os países de origem da pressão do desemprego e constituíam uma importante fonte de receitas e de paz social, através das remessas dos seus emigrantes.

O que mudou para que as migrações se transformassem crescentemente em polo de tensões várias e passassem a ser percecionadas como uma questão de segurança?

Podemos ver o início deste processo nos anos 70, quando a recessão de 1973 e o aumento do desemprego fez diminuir o entusiasmo dos Países europeus em relação à imigração, iniciando um ciclo das políticas de imigração restritivas, que conduziram ao aumento da imigração irregular e transformaram o Mediterrâneo em palco de tragédias humanas ligadas às migrações internacionais. A partir dos anos 90, com um número crescente de requerentes de asilo e de imigrantes em situação irregular inicia-se um processo de securização das migrações, que se intensificou depois do 11 de setembro. Foi sobretudo a partir do 11 de setembro, que a conceção das migrações como uma questão de segurança e a sua conexão com a criminalidade conduziu a uma securização crescente das migrações e, conseqüentemente, ao emprego generalizado de práticas securitárias como instrumentos de regulação de fluxos migratórios.

Por outro lado, políticas de imigração cada vez mais restritivas baseadas na lógica de contenção dos fluxos e de defesa da integralidade territorial do Estado conduziram ao aumento da imigração irregular, criando um círculo vicioso onde a irregularidade migratória gera mais medidas restritivas e de controlo, que por sua vez geram mais irregularidade. Como está à vista de todos este tipo de políticas tem-se revelado ineficaz para gerir fluxos migratórios e apenas empurram os imigrantes para redes criminosas de tráfico de pessoas, que atuam de acordo com a lei da oferta e da procura e

se tornaram cada vez mais complexas, lucrativas e perigosas, não apenas para os Estados, mas também para os próprios imigrantes.

E isso mesmo podemos verificar com as tragédias no Mediterrâneo ligadas às migrações irregulares, que são um fenómeno endémico com mais de 20 anos, embora se tenha intensificado. Antes da crise dos refugiados de 2015, já a Europa era fortemente interpelada pela chamada ‘crise dos migrantes no Mediterrâneo’.

Em 2007, vários naufrágios trágicos no Mediterrâneo Central originaram um intenso debate político na União Europeia. Eu própria participei, nesse ano, numa audição pública no Parlamento Europeu sobre as tragédias dos Migrantes no Mar Mediterrâneo. Na altura, já se estimava que tivessem falecido cerca de 10.000 imigrantes a tentar alcançar a Europa.

O que mudou, sobretudo a partir de 2014, foi a intensidade e a natureza mista destes fluxos, com um número crescente de refugiados e imigrantes a tentar entrar na Europa por esta fronteira e consequentemente um aumento exponencial das tragédias, transformando o Mediterrâneo na fronteira mais letal do Mundo. De acordo com os dados da OIM, só em 2016 perderam aqui a vida mais de 5.000 pessoas e em 2017, mais de 3.000.

Esta constante associação das migrações a “irregularidade” ou “ilegalidade”, potenciada pela comunicação social, tem alimentado a narrativa da imigração como fator de insegurança e perturbador da paz social, o que alterou significativamente a perceção sobre as migrações e dá origem a mais medidas restritivas e securitárias.

Por outro lado, está a empobrecer a capacidade das sociedades de acolhimento para ultrapassar dualismos debilitantes como “nós-os outros”, “cidadão--estrangeiro (*hostes*, inimigo), “cidadão-ilegal ou criminoso” e faz propagar uma ideia de invasão por fluxos migratórios desregulados que ameaçam a integridade territorial e a paz social dos Estados.

Tudo isto contribui para sedimentar perceções negativas sobre a imigração, baseadas em ideias preconcebidas do imigrante como o criminoso, o que “rouba” o emprego ou o que ameaça a nossa cultura, que geram o “medo” que alimenta os movimentos populistas anti-imigração, o racismo e a xenofobia.

Como reação, as lideranças políticas do mainstream estão a introduzir medidas cada vez mais securitárias e de controlo, que se têm revelado ineficazes para gerir fluxos migratórios, para garantir a segurança ou para colocar um ponto final na tragédia humanitária em que se transformaram as migrações no Mediterrâneo.

Isto porque da mesma forma que não se pode parar o vento com as mãos, não poderemos impedir estes movimentos migratórios enquanto não se combaterem as suas causas remotas, que são as mesmas ao longo da humanidade, como a miséria, a insegurança, a falta de estado de direito, o desrespeito pelos direitos humanos, as alterações climáticas e persistirem os polos de atração, como a demografia, a segurança, a possibilidade de um emprego, seja ele no mercado formal ou informal.

Por outro lado, para debelar os desafios que as migrações internacionais colocam à nossa sociedade e preservar os valores civilizacionais inerentes à dignidade da pessoa humana, mais do que nunca é imperioso que as lideranças políticas adotem um discurso disruptivo que combata de forma determinada esta narrativa, que não tem evidência factual e é fortemente ancorada em estereótipos. As migrações em si mesma não são causa de insegurança sob as mais variadas formas, mas um seu efeito.

E com isto respondo à questão que é título da minha intervenção: Não, as migrações em si mesma não são fator de insegurança, mas um fenómeno humano tão antigo como a humanidade que é benéfico e, no caso da Europa, que hoje enfrenta uma crise demográfica e um envelhecimento sem precedentes, crucial para o seu desenvolvimento económico e a sustentabilidade do seu modelo social.

A forma como hoje se regulam estes fluxos ou melhor a falta desta regulação ou de vias legais de imigração é que é um fator de insegurança.

Em primeiro lugar, para os imigrantes eles mesmos.

Mas também para os Estados, pois apenas tem potenciado as redes criminosas de auxílio à imigração ilegal que constituem elas mesmas uma grave ameaça à nossa segurança. Por outro lado, esta desregulação apenas cria focos de tensão nas relações euromediterrânicas, que seriam evitáveis, se todas as partes reconhecerem que as migrações internacionais, se geridas coletivamente e de formas seguras, são benéficas para todos e

cruciais para o desenvolvimento económico e social tanto dos países de acolhimento como de origem.

Para tal é imperioso que os Estados Europeus e a União Europeia quebrem o círculo de irregularidade que criaram com medidas restritivas e a externalização das suas políticas de controlos de fronteiras, impondo-as aos seus parceiros da margem sul do Mediterrâneo, e adotem uma política de gestão proactiva e humana de fluxos migratórios. Tal implica pelo menos três tipos de medidas:

- 1- Vias legais de imigração transparentes e simples, evitando que os imigrantes sejam empurrados para a irregularidade;
- 2- Medidas de integração destinadas não apenas aos imigrantes mas à sociedade de acolhimento, de forma a preservar a paz social;
- 3- Políticas que combatam as causas remotas dos fluxos migratórios, o que passa por um compromisso muito determinado de preservação da Paz e do Estado de Direito, políticas efetivas de apoio ao desenvolvimento, alteração de políticas, como a política comercial ou agrícola, de forma a dar aos países de origem uma real chance de desenvolvimento, mas também um combate muito firme como a fatores de atração, como a economia paralela que satisfaz as suas necessidades de mão-de-obra com recurso à imigração ilegal.

Só assim as migrações deixarão de ser percecionadas como fator de insegurança na região euromediterrânica e passarão a ser o que sempre foram: um fenómeno humano tão antigo como a história da humanidade e que modulou sempre o que em cada momento da história somos.